

Problemas teóricos que envolvem a questão da identidade coletiva e a formação de novas identidades

Theoretical problems that involve the collective identity and the new identities formation

Claudia Wasserman¹

Resumo

O artigo discute teoricamente o termo identidade e sua pertinência nos estudos de história. Relaciona o conceito com as principais características (transitoriedade, polissemia, sentido de pertencimento territorial, étnico e de classe) e com as implicações teóricas em relação aos conceitos de memória, lembrança, passado e construção simbólica e imaginária da sociedade. Ao entender a nação como identidade prioritária durante o período contemporâneo, analisa a decadência desse paradigma identitário no final do século XX.

Palavras-chaves: Identidade Nacional, Estado e Nação, Etnia e História, Teoria de História.

Abstracts

The article discusses identity and its theoretical relevance in the history studies. It relates the concept with the main characteristic (transitoriness, sense of territorial, ethnic and class belonging) as well as with the theoretical implications concerning the concepts of memory, past, symbolic and imaginary construction of society. As it understands the nation as the most important identity during the contemporary period, it analyzes the decadence of that paradigm in the end of the 20th century.

Key Words: national identity, State and Nation, ethmology and history, history theory

Introdução

A identidade constitui-se como um termo polissêmico; está relacionado tanto ao indivíduo num âmbito pessoal – cujos componentes são desvendados pela psicologia – e também às relações entre o indivíduo e a coletividade. As subjetividades individuais e coletivas são a matéria-prima das identidades. Ao longo de sua história pessoal, cada indivíduo constrói uma série de identidades que o fazem pertencer a grupos étnicos, profissionais, de gênero, familiares, religiosos, afetivos, etc. Também sobres-

saem as identidades de pertencimento territorial; todo indivíduo tem a sua “naturalidade”. Nos tempos modernos, os sentimentos de pertencimento relacionados com os estados nacionais tornaram-se prioritários. Enquanto nas sociedades antigas e medievais eram fundamentais as lealdades e identificações regionais, municipais e religiosas, no imaginário contemporâneo a idéia de nacionalidade supera e ultrapassa as demais. A complexidade do conceito relaciona-se também aos seus significados etimológicos – o mesmo, idêntico, igual, único, etc.

¹ Professora Adjunta Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. Doutora em História Social. Email: cwasserman@via-rs.net

–, aparentemente tão contraditórios, que simultaneamente homogeneizam e diferenciam. Além da polissemia do termo, também salienta-se a transitoriedade dos processos identitários. São mutáveis, flexíveis e transformam-se conforme a época, o lugar e mesmo conforme a idade cronológica do indivíduo ou grupo.

O problema da identidade tem sido amplamente discutido no âmbito da historiografia, principalmente no tocante à identidade nacional. A identidade nacional tornou-se um axioma no processo de construção das modernas nacionalidades, ou melhor, afirma-se que todos, sem exceção, no mundo moderno, identificam-se como pertencentes a uma nacionalidade. Mas, a identidade nacional se transforma através do tempo, da mesma forma que a própria idéia da nação vai se modificando. Essas transformações, no campo da identidade dizem respeito principalmente à lealdade que os sujeitos prestam à nacionalidade em relação às demais formas de identificação coletivas. Pertencer a uma comunidade mais ampla do que a comunidade local tem sido a identidade prioritária nos tempos modernos, mas está longe de ser a única. Membro de um clube, religião, movimento social, sindicato, etnia, gênero, preferência sexual e profissão são algumas das identificações contemporâneas, para falar apenas das identidades coletivas. Esse trabalho pretende dar conta dos elementos teóricos fundamentais para a compreensão da formação das identidades coletivas, de como ocorrem modificações na escala de valorização dessas identidades e entender a formação de novas identidades coletivas.

1 O universo simbólico e o universo prático

A identidade conforma-se a partir de experiências reais e significativas. Ela, identidade, enquanto sentimento de pertencimento, é simbólica e abstrata, mas é originária de vivências, experiências e afetos concretos. Essas experiências cotidianas vão compondo um mosaico de imagens que se vinculam sempre a significados ampliados da identidade a ser construída. O que no universo da infância se consti-

tui numa história pessoal, no adulto faz parte de seu universo cognitivo, de sua memória, que no caso da coletividade conforma a identidade social. No campo da identidade social sons, cheiros, símbolos e palavras remetem imediatamente o sujeito para um significado coletivo, através da memória daqueles atos, experiências e vivências cotidianas que fazem parte de seu universo. As vivências, práticas e rotinas que conformam a devoção e a lealdade a um determinado universo imaginado “podem abranger desde rituais relativamente corriqueiros do cortejar e do constituir família, tal como influenciados pelas práticas do Estado, até os relativamente raros e espetaculares, como a participação na guerra [...]” (VERDERY, 2000, p.239-247).

Um brasileiro que está no exterior, por exemplo, ao ouvir um samba, é imediatamente remetido aos seus sentimentos de identidade nacional, independente de gênero, classe social ou religião; é como o tango para um argentino. Essas músicas nasceram em determinadas circunstâncias, em locais específicos nesses países e eram particulares de certos grupos sociais, mas ao longo do tempo tornaram-se símbolos sonoros da nacionalidade.

Para os combatentes que integraram as Brigadas Internacionais durante a Guerra Civil Espanhola, os uniformes e as línguas eram formas de identificação nacional, enquanto a Internacional socialista representava simbolicamente o cosmopolitismo daquelas tropas e sua identificação com a democracia. Tempos depois, essa mesma melodia foi identificada com aqueles que, teoricamente, posicionaram-se contra a democracia.

Segundo Hobsbawn (1998, p.19):

Mito e invenção são essenciais à política de identidade pela qual grupos de pessoas ao se definirem hoje por etnia, religião ou fronteiras nacionais passadas ou presentes, tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável, dizendo: Somos diferentes e melhores que os Outros.

Esse mosaico de significados coletivos composto por cores, imagens, sons, frases axiomáticas e

outros símbolos contundentes vai sendo construído ao longo de várias gerações, através de uma disputa ferrenha em torno do monopólio político e social desses fragmentos da memória coletiva. São as disputas em torno da criação do hino, da bandeira, do patrono, da materialização do herói, e o modo de utilização desses símbolos ao longo da história que configuram os processos identitários prioritários em uma sociedade. O sentimento de pertencimento, enquanto universo simbólico, imbricado com as experiências concretas da sociedade e o modo de utilização dos símbolos conformam a memória e o passado como verdades inabaláveis desta sociedade.

2 Identidade e história – memória pessoal e memória coletiva, a formação de símbolos e mitos identitários

Freqüentemente, os depoimentos pessoais, resultado de entrevistas para a apreensão de dados de história oral, vem impregnados de referências históricas do tipo: “No tempo das eleições [...]”, “Na época da enchente [...]”, “Quando governava o fulano de tal [...]”, “No tempo da revolução[...]”, etc. Os depoimentos, apesar de serem frutos da lembrança individual, estão imbricados num tempo histórico formalizado pela disciplina e disputam com a memória coletiva um lugar de destaque na fala dos depoentes. A memória e não a lembrança, é matéria-prima do historiador; nos depoimentos pessoais, a história dos povos lhe escapa e adquire sentido específico na lembrança dos indivíduos, como parte de suas vidas, mas também como referência à sua inserção em uma coletividade que passa por essas fases e épocas. O indivíduo se constrói como pessoa relacionando a sua vida com a vida de uma comunidade, que possui uma história coletiva, vivida por todos, que acompanha a sua, vivida apenas por ele. A aquisição de mitos e heróis, ao longo da vida dos indivíduos, depende das circunstâncias constituintes da memória coletiva e da própria história daquela sociedade, mas não apenas disso. A aquisição ou valorização de certos mitos e heróis, símbolos e

ícones para cada indivíduo, também está relacionada com as suas próprias vivências dentro dessa sociedade. Essa aquisição e valorização de mitos e heróis também se relaciona com uma árdua luta política pela construção desses símbolos, dentro dos moldes dos projetos de poder construídos pelas classes e frações de classe em disputa.

Segundo Le Goff (1991, p.49), seria arriscado supor “um espírito do tempo” ou um “inconsciente coletivo” para cada época histórica, mas é, sem dúvida o historiador o responsável por interpretar a opinião coletiva e é ele que fará todo o esforço por distinguir o que deriva das idéias pessoais e o que faz parte da mentalidade comum. O gosto particular de algumas sociedades pelo seu passado pode ser atestado pelas obras dos historiadores profissionais, mas muito especialmente pela produção cultural não especializada: as artes plásticas, a literatura, o cinema. O historiador pode reconhecer nessas produções, algumas pistas importantes para a construção do chamado “espírito da época” e como certas sociedades reagiam diante de seu passado, construindo símbolos, mitos e utopias. Entretanto, é importante salientar que a memória, assim como o passado, não são a história dos historiadores profissionais, mas apenas um nível elementar de elaboração histórica, na verdade são instrumentos de trabalho do historiador ⁴. Um dos grandes progressos da história contemporânea foi justamente a incorporação da história oral, das subjetividades e das auto-biografias ao escopo fundamental dos historiadores profissionais. A história das identidades coletivas, por exemplo, passou a ser melhor apreendida a partir desse desenvolvimento da ciência histórica.

Somente o historiador profissional, dotado de um senso crítico e teórico a respeito dos objetos fornecidos pelas sociedades, pode reconstruir a trajetória da construção de um mito, símbolo ou utopia dentro de uma certa época e como esses elementos foram adquirindo novos significados ao longo do tempo, conforme os interesses das classes em disputa pelo monopólio das identidades coletivas. Nesta acepção, a identidade de um grupo passa a ser compreendida

como um pressuposto metodológico, sem o qual seria impossível classificar e entender os dados históricos.

2.1 As identidades coletivas mudam conforme as circunstâncias espaciais e temporais

As identidades tem um vínculo estreito com a questão temporal e espacial. Para a construção da identidade é fundamental relacionar os espaços: reconhecer a existência de territórios de pertencimento: sujeito é de tal bairro, de tal estado, de tal país, de tal continente, do mundo ocidental – aí está uma noção identitária mais valorativa do que concreta -, ou até mesmo, pertence ao planeta Terra. Dependendo da relação que se queira estabelecer, uma ou outra identidade espacial irá prevalecer. Neste ponto já entra o problema temporal; em certos momentos da história brasileira, por exemplo, a afirmação da identidade regional prevaleceu sobre a própria identidade nacional. Assim como a valorização da latino-americanidade tem uma estreita relação com a conjuntura e as circunstâncias políticas e ideológicas historicamente determinadas, o que significa dizer, temporalmente localizados.

A temporalidade também adquire especial significado porque a conformação das identidades coletivas estão estreitamente relacionadas com a questão do passado, de como os valores adquiridos como símbolos da identidade formaram-se num passado comum a todos os membros daquela comunidade. A idéia que todos os conterrâneos já compartilharam, mesmo num passado longínquo, aquelas experiências é muito importante para a conformação da identidade social. Os judeus, por exemplo, vítimas da perseguição e da diáspora; os índios mexicanos, vítimas da expropriação; ou os norte-americanos, vitoriosos na construção de uma potência mundial.

A identidade coletiva do sujeito conforma-se, portanto, a partir de sua localização geográfica e dos antecedentes, que atribuíram a essa localização espacial um significado diverso dos demais territórios. Assim, dois países, como Brasil e Uruguai, por

exemplo, podem ter uma história comum de colonização, exploração, dependência econômica, mas tiveram também antecedentes históricos que tornaram os dois países diferentes entre si, fazendo com que uma pessoa nascida em Rivera sintasse uruguaio e uma pessoa nascida em Livramento, brasileiro. A consideração de uma identidade comum à ambos (uruguayos e brasileiros), a latino-americanidade, deve-se também às atribuições de semelhança entre um grupo de países, localizados territorialmente no sul do continente americano e que tiveram raízes históricas comuns. Entretanto, a valorização dos âmbitos identitários jamais é equivalente em termos territoriais, ou melhor, há sempre uma hierarquia nos sentimentos identitários do sujeito.

A identidade, relacionada ao passado, atua como motor da história, freio ou estímulo para a tomada de atitudes. O judeu na colônia de Quatro Irmãos sentia-se ameaçado com as requisições da guerra entre chimangos e maragatos porque, enquanto grupo identitário, entendia essas invasões como atos anti-semitas. Era o passado do grupo que lhe privava de entender os acontecimentos presentes e vivenciá-los da mesma forma que outros grupos o faziam. Também temos o exemplo do movimento indígena mexicano que recorre ao passado revolucionário, mais especificamente ao zapatismo, como forma de recuperação e revisão de uma identidade perdida ou esquecida na história.

Neste sentido, as principais ferramentas do historiador estão presentes no entendimento do conceito de identidade: o tempo e o lugar, relacionados entre si; a identidade do sujeito se equívale à própria história do grupo ao qual esse presta lealdade.

2.2 A comparação na construção de identidades

Dominada pela mania da comparação, pela idéia fixa em procurar as diferenças, a constituição das identidades sempre depende de um paradigma de valores, de forma a colocar o sujeito numa relação de subordinação ou orgulho, conforme o caso. O pensamento comparativo a respeito da identidade

nacional, por exemplo, só é possível em termos globais, porque deve confrontar-se a identidade particular de um povo com outros, localizados em outros territórios e que falam outras línguas. Assim, a “mania da comparação” é uma forma de confrontar as particularidades de uma identidade com as características gerais de outras identidades, tidas como diferentes. Na Alemanha nazista, por exemplo, o orgulho de pertencer à raça branca e aariana confrontava-se com o outro, distinto, diferente, que era a exata negação daquela identidade. No caso dos intelectuais latino-americanos, a sensação de subordinação e a percepção das carências criou uma identidade própria, também somente comparável ao paradigma europeu ou norte-americano. Nessa obsessão pela comparação, as identidades são construídas convertendo a carência em mérito, a subordinação em altivez e o orgulho em valor absoluto. Ao analisar o levantamento do Exército Zapatista de Libertação Nacional, em Chiapas, 1994, Sergio Zermeño (1996), observa um traço distintivo na conformação da identidade dos rebeldes, relacionado à comparação: “*En nuestra sociedad no es la semejanza en la identidad de los alzados lo que los mantiene juntos sino el compartir un mismo adversario [...]*”. A identificação de inimigos e adversários foi extremamente eficiente no processo de afirmação de identidades.

Ao longo da história, a negação ou a afirmação peremptória de subjetividades legitimou de forma mais ou menos violenta as identidades hegemônicas no mundo moderno. Por exemplo, a negação da cultura muçulmana pelos cristãos ou a afirmação da cultura europeia sobre o mundo colonial, com a negação dos valores autóctones daqueles povos, foram formas de “pilhagem política ou religiosa” que instauraram as identidades sociais hegemônicas do mundo moderno, onde o vínculo indivíduo-Estado tornou-se inextricável. Embora o romantismo, por um lado, e o marxismo, por outro, tenham representado formas evidentes de contestação à essa hegemonia da nação e da ação reguladora do Estado contra a tendência de emancipação social da humanidade, essas propostas não configuraram-se na cri-

ação de novas identidades sociais. Manteve-se, assim, a lealdade terminal ao Estado, e as múltiplas lealdades alternativas foram reduzidas à essa. Naturalizou-se a hegemonia do Estado-nação: as necessidades do desenvolvimento capitalista e cientistas sociais como Max Weber, por exemplo, contribuíram para tal aceção teórica e política.

2.3 A nacionalidade, as classes sociais e as etnias – identidades excludentes e/ou simultâneas

Para transformar a nacionalidade em identidade prioritária do mundo moderno, algumas cadeias subjetivas tiveram que ser superadas. Quais as formas de socialização que permitem que um gaúcho da fronteira do Rio Grande do Sul e um nortista, embrenhado na selva amazônica, sintam-se brasileiros, tanto um como o outro? Começemos por entender a importância do desenvolvimento dos meios de comunicação para construir alguns conceitos inexistentes nas sociedades pré-capitalistas. Esses permitem que os homens pensem na existência de uma simultaneidade de ações, dentro de um mesmo espaço geográfico, bem como que entendam a possibilidade de extensão limitada desse espaço. Ou seja, a imprensa escrita, primeiro, depois o rádio e, finalmente, a televisão, permitem uma comunicação imediata entre os habitantes de um mesmo Estado nacional. Além de permitirem essa comunicação e o entendimento dos limites desse espaço, também sobressai a possibilidade de existência de um patrimônio público, bens comuns aos gaúchos, amazonenses, cariocas e baianos, enfim coisas dos brasileiros, independente de classe social ou raça.

A instauração da prioridade da nacionalidade sobre as demais formas de identidade social não significa a exclusão dos demais sentimentos identitários. A chamada “era dos nacionalismos”, onde as burguesias cobravam adesão incondicional aos estados nacionais foi confrontada com o debate da Internacional Socialista, cujos preceitos afirmavam justamente o internacionalismo operário e a necessidade

de negar-se os sentimentos locais e nacionais. Esse sentimento de pertencer a uma comunhão mais ampla e fraterna do que a nacionalidade, atraiu milhares de pessoas no mundo inteiro, embora não tenha sido suficiente para romper os nexos já existentes entre indivíduo e pátria.

Na realidade, em oposição às proposições internacionalistas das vanguardas socialistas, o nacionalismo foi construindo uma identidade também globalizante: a própria “paixão pela nação”, aparecia como uma ideologia internacional. Apregoados como reacionários ou contra-revolucionários, os sentimentos nacionalistas acabaram prevalecendo. O marxismo subestimara os nexos entre proletariado e nação e o impacto das ideologias nacionalistas sobre a classe operária. Essa atitude era fruto de um cosmopolitismo ingênuo que acabou afastando os socialistas de problemas locais e específicos prementes das classes operárias. Aplicaram de modo infantil a teoria à prática, proclamando, por exemplo, os proletários alemães a não se incorporarem no esforço da I Guerra Mundial. O insucesso deveu-se sobretudo ao fato de que aderir à guerra pareceu infundavelmente mais cômodo a um proletariado em formação do que negar-se e incorporar as fileiras do socialismo.

Se a identidade nacional, em geral, ultrapassou as barreiras impostas pela consciência de classe, no caso da questão étnica essa “superação” não teria o mesmo tratamento. Como “criar” consciência nacional e identidade entre membros de uma nacionalidade, onde a cor da pele havia segregado a maioria da população? Como inventar a identidade nacional em países onde a segregação racial havia imperado por séculos? Uma das atitudes mais comuns às classes dominantes latino-americanas foi a tentativa de branqueamento da população através de políticas imigratórias. A verdadeira impossibilidade de “branquear” essas populações levou os intelectuais à exaltar a assimilação racial: a incorporação do homem do povo à cultura nacional dava origem ao mito do “melting pot”, a idéia de que a miscigenação resultava num tipo social particular e especial, o mestiço.

Ainda que mesclado com idéias racistas, o pensamento predominante no Brasil, por exemplo, era de que a identidade nacional do brasileiro era produto do cruzamento de três raças, a negra, a branca e a indígena. Entre os intelectuais responsáveis por essa tendência, destaca-se José Vasconcelos (1948), no México, que escreveu em 1929, o clássico “Raça Cósmica”, considerando que no continente americano iria surgir uma “quinta raça”, resultado do cruzamento entre brancos, negros, índios e asiáticos, e que essa seria a raça definitiva, melhorada, livre de vícios e problemas, etc.

Tanto em relação ao problema da identidade racial, como também em relação ao pertencimento de classe dos indivíduos, tratou-se de minimizar as diferenças e transformar a identidade nacional em sentimento prioritário, sem o prejuízo dos demais, sem antagonizar com as demais subjetividades do sujeito. Essa simultaneidade de sentimentos identitários confere à nacionalidade um ar sublime: é a homogeneidade dentro da heterogeneidade; entre tantos seres diferentes, em termos de extração social, raça, religião é a nacionalidade que confere sentido a uma suposta fraternidade entre eles.

2.4 O problema das territorialidades – o local, o regional, o nacional e o continental; as identidades sem território

As divisões territoriais econômicas, políticas e administrativas foram responsáveis pela construção de identidades associadas a um determinado território ao longo de toda a história da humanidade. Estar vinculado, por laços de dependência pessoais, ao feudo de um nobre era identificar-se socialmente em vários aspectos, onde a questão territorial tinha grande importância. A modernidade trouxe consigo as divisões administrativas dos estados nacionais, que respondem, de certa forma, à antigas divisões de atividade produtiva, religiosas, raciais e outras. Da lealdade prestada à nobreza feudal transitou-se à lealdade prestada aos soberanos, supostamente também localizados territorialmente. Embora a

localização geográfica tivesse ainda menor importância do que as famílias e as lealdades pessoais, a questão territorial era naturalizada pela noção de propriedade do território pela nobreza. A mobilidade social, introduzida pelo iluminismo e pela Revolução Francesa, seguiu-se uma ideologização dos sentimentos identitários. Se na sociedade rural era considerado “natural” prestar lealdade aos nobres e, em vista disso, fixar-se a determinados territórios, a partir do desenvolvimento do capitalismo, isso não estaria tão evidente. O surgimento do nacionalismo conferiu novo significado aos territórios antes pertencentes à nobreza feudal. Como observa Gellner (1993, p.88), “a fusão da vontade, da cultura e da organização política transforma-se na norma, uma norma rara ou dificilmente desafiada”. Gellner fala da nação como uma invenção da era industrial, que permite que os seres humanos transfiram suas fidelidades pessoais a uma lealdade coletiva, territorialmente determinada. A questão geo-territorial assume tal importância na modernidade que inclusive algumas unidades, culturalmente semelhantes, com o mesmo idioma, religião e hábitos cotidianos, tenham sido separadas apenas pela distância. É o caso da Grã-Bretanha e da Nova Zelândia, que provavelmente nunca teriam administrações separadas se fossem geograficamente contínuas. Mas, anos depois da separação administrativa, já existe uma fraternidade entre neo-zelandeses que é própria, específica e exclui inclusive os ingleses, embora a separação não tenha provocado qualquer ressentimento. A questão do território, como algo palpável e concreto, que confere uma existência real às múltiplas identidades, é tão importante que mesmo os povos muçulmanos, que vivem em territórios distintos, necessitam de uma territorialidade, simbolizada pela cidade de Meca. Também os judeus, espalhados pelo mundo pelas sucessivas perseguições, se sentem mais confortáveis, em termos identitários, com a existência do Estado de Israel. São apenas dois exemplos do que pode-se chamar de “identidades sem território”, que em verdade dependem de uma certa localização espacial.

A identidade social construída ao longo das zo-

nas de fronteiras entre dois territórios permitem uma análise interessante a respeito do tipo de lealdade que os habitantes dessas regiões prestam aos limites territoriais. Neste âmbito, o problema territorial adquire um significado especial: atravessar uma rua, uma ponte, cruzar um rio, correr pelos campos, podem não ser atos tão simples como em lugares não fronteiriços. Frequentemente, neste âmbito, também aparece o problema da língua, contornado pela mistura de idiomas e/ou habilidade desenvolvida pelos habitantes dessas áreas.

As identidades coletivas construídas com base em pretensões territoriais milenares são extremamente comuns na história moderna. Cabe ao historiador pesquisar, com base em evidências, a existência concreta de indícios de que determinados povos estiveram naqueles espaços de modo regular há milênios. Não significa dizer que é dado ao historiador profissional o direito de julgar pretensões territoriais, mas é ele que pode demonstrar como, ao longo do tempo, uma construção mental e ideológica terminou assumindo uma concretude antes inexistente e aparecer materialmente na música, no folclore, na literatura, em relíquias sagradas, nos rituais religiosos, nos compêndios escolares, nas comemorações cívicas e outros instrumentos que levam a crer que aqueles argumentos em favor daquelas pretensões territoriais sempre existiram.

4 Antigos e novos sentimentos identitários contestam a hegemonia da nação

O final dos anos 1960 foram decisivos na reconfiguração de muitas identidades sociais consagradas histórica e socialmente. O poder paterno, a sexualidade, a escola, a família nuclear foram profundamente questionados e, com esse questionamento, e as lutas que dele resultaram levaram a construção de identidades sociais novas e a reestruturação de antigas posições no âmbito das identidades.

A década de 1990 passou a assistir ao questionamento da hegemonia da identidade nacional sobre às demais formas de identificação social.

Houve uma verdadeira revisão no processo histórico de descontextualização ao qual haviam sido submetidas as múltiplas identidades étnicas, sociais, religiosas, familiares e sexuais existentes no mesmo Estado nacional. A partir do final do século XX, assiste-se à emergência de movimentos indígenas, antigos e novos regionalismos, afirmação de direitos ancestrais, feminismo, fundamentalismo religioso e outros; enfim, a contradição entre universalismo e particularismo volta a aparecer com toda a força. No mundo cada vez mais globalizado e homogêneo do ponto de vista político, econômico, comercial e financeiro, a cultura e a sociedade devolvem amplas doses de particularismos e “excentricidades”.

Notas conclusivas

Os últimos acontecimentos mundiais ressaltam inclusive uma tendência ao incremento das identidades fundadas sobre bases religiosas e/ou étnicas. Considerados fanáticos e irracionais, esses grupos, cada vez mais numerosos, tem características próprias, mas assumem cada vez mais as identidades que lhes são atribuídas pelos seus detratores: bárbaros. Essa consideração, da existência de um território mundial civilizado e um mundo bárbaro é recorrente na modernidade. Desde a formação dos Estados Nacionais europeus, o bárbaro foi identificado como o atraso e o subdesenvolvimento, enquanto a civilização era representada pelo progresso, a ciência e a racionalidade. Identidades dicotômicas, construídas com objetivos político-ideológicos e que se afirmaram ao longo do século XX, a civilização e a barbárie representam as faces mais estereotipadas do processo contemporâneo de construção de lugares de pertencimento social.

O estudo das identidades coletivas, de sua constituição, refundação e transformação são objeto de trabalho de um grupo de estudos e pesquisa forma-

do em 2001 e composto por pesquisadores que pretendem entender empiricamente alguns desses processos, como por exemplo, a formação de uma nova identidade judaica a partir da imigração para o RS no começo do século XX, a reformulação da identidade nacional mexicana a partir do discurso e prática do movimento neozapatista, o problema da identidade religiosa cristã no processo de formulação da Teologia da Libertação, a recomposição das identidades locais municipais ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, desde 1990, a problemática formação de uma identidade antifascista nas Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola, a questão contraditória entre o sionismo e as identidades nacionais e a identidade nacional formulada em torno da imagem de Getúlio Vargas no período do Estado Novo.

Esse grupo de pesquisa, coordenado pela professora Claudia Wasserman, tem apoio do programa especial de elaboração de material didático da Pró Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Referências

- GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*: Trajectos. Lisboa: Gradiva, 1993.
- HOBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *Pensar la historia*: Modernidad, presente, progreso. Barcelona: Paidós, 1991.
- VASCONCELOS, José. *La Raza Cosmica*: Mision de la Raza Iberoamericana. México: Espasa-calpe Mexicana, 1948.
- VERDERY, Katherine. Para onde vão a “nação” e o “nacionalismo”? In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- ZERMEÑO, Sergio. *La sociedad derrotada*. El desorden mexicano del fin de siglo. México: Siglo XXI, 1996.